

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR: UMA REALIDADE DA ESCOLA INSTITUTO SANTA TERESINHA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PARÁ.

Zenúbia Oliveira Silva – zenubiaoliveira@hotmail.com

Bacharel em Administração – UNAMA;

Graduanda do Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Pará

Virgílio Neto Leão dos Santos – virgilionetto31@gmail.com

Graduando do Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Pará

RESUMO:

Este artigo descreve relato das experiências de inclusão no processo ensino aprendizagem na escola Instituto Santa Teresinha, no município de Bragança/PA. O Instituto Santa Teresinha, possui o dever de proporcionar um ambiente de convivência e respeito com a diversidade, preocupa-se em atender os alunos matriculados na modalidade da Educação Básica, na modalidade escolar: educação especial e a todos que fazem parte e compõem a diversidade cultural da nossa sociedade. Pretendendo-se assim, garantir os direitos e deveres educacionais garantidos em lei a todo cidadão (BRASIL, 1988), assim como a fomentação de uma educação que qualifica e humaniza. O referido trabalho objetiva discorrer sobre as vivências com a educação inclusiva, os desafios e superações desse caminhar com o diferente. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se em autores que discutem a inclusão como: Blanco (2004); Silva (2012); Santos (1993); Rossit (1997); Valim; Tiozzo (2010) entre outros. Metodologicamente neste estudo foram feitas entrevistas semiestruturadas (MICHELAT, 1985) junto aos coordenadores Pedagógicos, coordenadores do Atendimento Educacional Especializado – AEE e professores que estão diretamente atrelados ao universo da inclusão. Os resultados obtidos com esse estudo versam sobre a importância de uma prática pedagógica que atenda aos modos de uma educação inclusiva, tendo em vista a contribuição do (re) pensar a inclusão como uma possibilidade.

Palavras-chave: Inclusão. Prática pedagógica. Experiências.

1- INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise e discorrer sobre as vivências com a educação inclusiva, os desafios e superações desse caminhar com o diferente, na escola Instituto Santa Teresinha no município de Bragança – Pará. Para isso levantamos como problemática os seguintes questionamentos: nas práticas pedagógicas existentes, configura-se o trabalho com a inclusão escolar? De que forma garantir a presença e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas regulares?

No que tange a metodologicamente, neste estudo foram feitas entrevistas semiestruturadas (MICHELAT, 1985) junto aos coordenadores Pedagógicos,

coordenadores do Atendimento Educacional Especializado – AEE e professores que estão diretamente atrelados ao universo da inclusão, na Instituição Educacional Instituto Santa Teresinha, Estado do Pará, no município de Bragança. Também nos pautamos em uma revisão de literatura que nos permitiu analisar a inclusão educacional na Instituição e no País.

As discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência na escola vêm sendo tema plausível ao longo dos anos. A preocupação de forma abrangente no Brasil com a educação inclusiva ocorreu com a Lei de Diretrizes - LDB nº 4.024/61. Até esse período foram organizadas Campanhas voltadas para a Educação do Surdo, Campanha Nacional e Educação de Reabilitação dos Deficientes Visuais entre outras deficiências.

As retóricas sobre a inclusão geram diversos efeitos distintos nos sujeitos. Portanto, para analisar a inclusão não bastam mapear o presente a partir de coleta de políticas públicas voltadas para essa temática, leis, regulamentos, relatos marcantes de vida, reportagens, dados numéricos, etc. É necessário para entender o direito a uma educação inclusiva, emergir em acontecimentos históricos, buscando estabelecer uma relação entre o passado e o presente, aparentemente desconexos, mas que são suficientes para nos fazer entender a educação inclusiva como aquilo que nos tornamos, lutamos e acreditamos, mesmo que de maneira sutil e tímida.

A história da Educação inclusiva começou no Brasil, no início da segunda metade do século XIX, sendo que anteriormente as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e negligência. Em um primeiro momento chamava Educação Especial. E essa educação desses sujeitos ocorria em escolas segregadas. Silva (2012, p. 09), diz que “... a educação desses indivíduos acontecia em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos e também em instituições especializadas...”.

Em vista disso, é perceptível que a política nacional de Educação Inclusiva nasce na perspectiva de uma segregação entre alunos deficientes e os ditos normais, ou seja, a educação inclusiva já surgiu num contexto de separativíssimo.

Com base, neste estudo queremos entender até que ponto existe à vontade e o entusiasmo de realizar uma educação inclusiva para todos. E como transformamos o entusiasmo em busca de uma educação inclusiva, em ações concretas e incessantes através de revoluções cabíveis e exitosas, em prol, de uma escola igualitária.

Neste artigo, buscamos apresentar estratégias capazes de alcançar o desenvolvimento de uma escola democrática na qual a diversidade é respeitada e valorizada. Valorizar a diversidade é um dos princípios mais importantes de uma boa

instituição de ensino. As escolas que eliminam as barreiras e buscam a inclusão contribuem para o desenvolvimento das crianças com deficiência, e com isso têm um enriquecimento educativo e social. No entanto, é inegável o desafio de promover a inclusão dessas crianças, que demandam estratégias pedagógicas inovadoras para terem o mesmo acesso ao ensino que os outros alunos.

2- EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação inclusiva é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. Masini (2004, p. 30), traz o seguinte conceito:

Inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*), no seu sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim, falar de inclusão escolar é falar do educando que se sente contido na escola, ao participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e programações da instituição.

Discorrer o termo inclusão é remeter a situações concretas que ilustrem a afirmação: “O princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade. Cada pessoa tem uma contribuição a dar”. (DENS, 1998 apud MASINI, 2004, p.30). Essa afirmação nos reporta a refletir as práticas pedagógicas existentes nas instituições educacionais, e a repensar a formação dos docentes, afinal, de que a valorização das diversidades sejam uns dos princípios fundamentais da educação.

O movimento pela inclusão no Brasil vem crescendo significativamente, porém, existem duas vertentes, as que são a favor do movimento pela inclusão dentro do sistema educacional e as que são contrárias.

De um lado há concordância a respeito da inclusão como oposição à exclusão de crianças com deficiências do ensino comum. Neste sentido todos passam a defendê-la e ninguém se arriscaria a se pronunciar contra ela. De outro lado, há discordância quanto à inclusão indiscriminada, na qual, sem qualquer avaliação prévia, a criança com deficiência é matriculada na escola regular, sem análise de suas condições e das necessidades requeridas para seu atendimento, quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista das adaptações físicas e materiais. (DENS, 1998 apud MASINI, 2004, p.31).

A educação inclusiva abandona a ideia de que só a criança dita normal pode contribuir no processo ensino aprendizagem. Volta-se para o acolhimento, o atendimento qualificado às necessidades da criança com deficiência, e para isso, requer

um currículo apropriado; um estudo prévio sobre as condições específicas da criança; adaptações e acessibilidade nas estruturas físicas da instituição e transformações no contexto da escola para o atendimento da criança com deficiência. Por força de lei, a escola passou a aceitar a criança com deficiência em seu quadro discente, sem, contudo, cuidar desses aspectos citados acima, que são de suma importância para o desenvolvimento e o processo de implantação de uma educação inclusiva.

Outra questão que devemos ressaltar aqui é a formação apropriada dos professores, em muitas situações esses indivíduos não recebem preparações adequadas para lidar com essas divergências em sala de aula. Acrescenta-se também, a essa problemática o fato de que o professor especializado, em sua formação, também não aprendeu a lidar com o professor do ensino comum. E muitas vezes esses profissionais, exercem trabalhos dissociados, ou seja, as atividades da classe comum sem consonância com as atividades da sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, artigo 5º estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

É necessária a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar as falhas na concepção de educação inclusiva. A escola deve cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento às necessidades específicas dos seus alunos.

Essa concepção está demonstrada nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, conforme disposto no seu art. 1º:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Contudo, embora esteja sistematizada a inclusão, dentro do sistema de ensino no Brasil, ainda existem muitas falhas a serem superadas, para que possamos visualizar em nossas escolas uma educação igualitária, que vençam os preconceitos, as limitações e que abracem o diferente com respeito e equidade. Ainda que se providenciem todos os recursos pedagógicos, faz-se, também necessário à mudança de ideologia e esta é uma transformação sutil e até imperceptível na realidade atual, no que tange a educação inclusiva.

3- RELATOS E VIVÊNCIAS NO INSTITUTO SANTA TERESINHA

O Instituto Santa Teresinha, sediado no município de Bragança- Pará, escola da rede privada, oficialmente fundada em 23 de novembro de 1938, tem por fundador o bispo Dom Eliseu Maria Coroli (in memoriam), e por Entidade Mantenedora a Instituição “Missionárias de Santa Teresinha”. A ideia da fundação de uma escola em Bragança brotou de um coração desejoso de preparar crianças e jovens para a vida, tornando-os cidadãos responsáveis, comprometidos com a sociedade e os valores cristãos morais e éticos.

Considerando o legado deixado por Dom Eliseu Maria Coroli, este educandário, há 80 anos, vem cumprindo com seu papel social e educativo na sociedade bragantina, atendendo não somente alunos do próprio município, mas de outros como: Viseu, Augusto Corrêa, Tracuateua, Capanema, Belém, e mesmo de outros estados da federação.

O percurso metodológico utilizado proporcionou-nos destacamos alguns relatos e experiências de professores e coordenadores que trabalham diretamente com a inclusão no lócus da pesquisa. Uma das coordenadoras do Atendimento Educacional Especializado – AEE, quando entrevistada sobre qual é o seu papel na inclusão dos alunos com deficiência na escola Instituto Santa Teresinha, foi mencionado o seguinte:

Meu papel enquanto coordenadora pedagógica no processo de inclusão no âmbito escolar é de capacitar e sensibilizar toda a comunidade escolar, orientar, acompanhar as práticas pedagógicas dos professores, bem como realizar as adaptações e flexibilidades curriculares necessárias em favor da aprendizagem, fazer a interlocução com profissionais de outras áreas e com as famílias dos alunos, propiciar formações para os professores, promover a aprendizagem do aluno facilitando a participação democrática e o desenvolvimento de uma educação de qualidade. É válido ressaltar que o

trabalho da coordenação pedagógica conta com a participação da professora da sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE, desde a elaboração do planejamento até ao suporte quanto à compreensão das condições de aprendizagem dos alunos. (Coordenadora 01).

Observamos que o Instituto Santa Teresinha vem fazendo importantes avanços para a garantia do acesso e da permanência do aluno com deficiência na escola. Os pontos positivos acerca deste processo de inclusão estão: a oferta de profissionais especializados no ensino especial, o ingresso no Atendimento Educacional Especializado – AEE, possui sala de recurso multifuncional, disponibiliza alguns recursos e serviços próprios do AEE, acompanha os alunos na sala de aula do ensino regular, sensibilização, orientação e capacitação aos professores mesmo que dentro de tempo limitado, orientação e diálogo com as famílias dos alunos, flexibilidade curricular, atendimento clínico em comunicação com a escola, confecção de materiais didáticos adaptados para serem usados na escola e em casa, projeto semana da inclusão e mesa redonda com família, professor, coordenador, psicólogos e outros profissionais.

Ao abordamos uma professora que trabalha na classe comum com alunos deficientes, com o referido questionamento: Você acredita que para a inclusão **“dar certo”** é necessário à ajuda de especialistas, como médicos, fisioterapeutas, entre outros profissionais da saúde? Obtivemos a seguinte colocação:

Em minha concepção a inclusão para que realmente seja garantida, é necessário que a comunidade escolar deixe de ver a inclusão como imposições de leis de obrigatoriedade, mas que tenham a sensibilidade de se colocar no lugar do outro. Acredito ainda, na construção de uma boa rede de apoio entre todos os envolvidos, escola, famílias, docentes, gestores, alunos e profissionais da área da saúde com o intuito de garantir a todas as crianças e jovens o acesso a aprendizagem. A família por sua vez tem o dever de informar a instituição aqui referida, quais profissionais da área da saúde atuam no atendimento externo ao aluno com deficiência. Também devem apresentar quais os esclarecimentos e sugestões de alternativas para que sejam trabalhadas as necessidades do aluno. A participação destes profissionais ocorre na escola através de visitas e observações na sala de aula regular e reuniões com a equipe técnica da escola. A escola por sua vez, apresenta relatórios individuais com o parecer sobre o desenvolvimento e rendimento escolar do aluno, quando solicitado por via de declaração, o qual é produzido em conjunto, entre professor da sala de aula regular, coordenadora pedagógica e professora da sala do AEE. (Professora 01).

A escola que inclui e oportuniza aprendizagem de todos os alunos removendo as barreiras que possam dificultar a apropriação de conhecimentos e saberes requer uma nova forma de ensinar e de aprender. Implica na transformação da escola que em sua essência é um projeto de sociedade: uma sociedade que acolhe e da oportunidade

educativa a todos com inclusão. A escola Inclusiva promove a acessibilidade e a educação. Trata-se de um olhar para além da diferença do aluno, e, enxergar elementos do ambiente que constituem obstáculos às suas aprendizagens.

4- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS DO INSTITUTO SANTO TERESINHA

Abordaremos algumas práticas que são aplicadas pelo professor na classe comum e na sala de AEE para facilitar a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular do Instituto Santa Teresinha. Primeiramente, apresentaremos algumas estratégias pedagógicas que segundo Blanco (2004, p.161), pode ser utilizada em sala de aula:

Fazer o uso de estratégias metodológicas diversificadas que permitam o ajuste de maneira como cada conteúdo será transmitido aos diferentes estilos de aprendizagem apresentados pelos alunos; colocar em pratica a cooperação durante a realização das atividades propostas; explorar a utilização de diversos materiais durante a realização das atividades propostas; elaborar formas de avaliação adaptadas às necessidades e particularidades de cada aluno; organizar a rotina da classe considerando o tipo de metodologia, atividades que serão realizadas e o apoio que determinados alunos podem necessitar...

Ponderamos que, no contexto da educação inclusiva, as salas de aula são compostas por alunos com suas peculiaridades e singularidade, por conta dessas diferenças, é necessário que o professor tenha habilidades de trabalhar de maneira clara e objetiva. Usando bom senso, criatividade, produtividade, agilidade e ser perspicaz diante dos desafios. As modificações no ambiente físico da sala de aula, assim como a relação dos professores da classe comum e do AEE, são fatores primordiais dentro das práticas educacionais inclusivas.

Para que as práticas pedagógicas sejam inclusivas, é necessário determinar os objetivos a serem incluídos no planejamento de ensino. De acordo com Ross (2004 apud SILVA, 2012, p.170) “as necessidades dos alunos devem ser identificadas e satisfeitas de acordo com o seu tipo, grau e natureza.” Além, desses aspectos, se faz necessário levar em considerações as aptidões e dons do indivíduo. Por isso, que um diagnóstico prévio, é sempre muito importante para coletar informações sobre necessidades e potencialidade do discente.

Blanco (2004) defende a importância de levantar as possibilidades de aprendizagem dos alunos, os seus fatores favorecedores e as necessidades que eles apresentam. A partir de tal conhecimento é possível ajustar as intervenções e apoios pedagógicos.

O planejamento é uma ferramenta importantíssima para levantar as possibilidades de aprendizagem dos educandos com deficiência. Quanto o planejamento, compete evidenciar que muitos alunos necessitam de um PEI – Plano Educacional Individual. De acordo com Manzano (2001 apud SILVA, 2012, p.137), o PEI é:

Um programa elaborado para cada criança e desenvolvido interdisciplinar de maneira a valorizar suas capacidades, estabelecer metas e objetivos, delimitar serviços especiais necessários, orientando a forma de escolarização mais adequada, bem como os procedimentos de avaliação, desempenho e controle do mesmo.

O PEI deve ser elaborado por uma equipe formada pelos professores da classe comum, professores do AEE, pelos familiares do aluno e outros profissionais que atuam na escola como: psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais etc. Essa equipe assume o papel de coletar e revisar informações importantes sobre o aluno obtidas por meio de avaliação e observação.

Segundo Smith (2008, apud SILVA, 2012, p.173), o processo de formulação do PEI envolve sete passos: “pré-encaminhamento, encaminhamento, avaliação, elegibilidade para a educação especial, desenvolvimento do PEI, implementação do PEI e revisão”. Esses sete passos quando juntos formam o plano educacional individualizado, e quando, bem elaborado tornar-se um grande instrumento pedagógico para obtenção de resultados plausíveis e satisfatórios.

Essas práticas pedagógicas, acreditamos ser importantes para conquistamos novos horizontes acerca da educação inclusiva no sistema educacional do Brasil, que embora seja, sistematizado, organizado e regulamentado, mesmo assim é repleto de falhas e limitações. Também são essas práticas pedagógicas que são capazes de garantir a presença e a permanência dos alunos com deficiência nas escolas regulares.

5- DISCUSSÕES TEÓRICAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Através das reflexões aqui discutidas, pudemos perceber a relevância da prática pedagógica voltada para um novo olhar acerca da inclusão na Educação no lócus da pesquisa. Essa análise requer uma busca de alguns fatores os quais consideramos imprescindíveis e de uma análise da formação continuada que atendessem aos moldes dessa inclusão de pessoas com deficiência.

Os resultados obtidos com esse estudo versam sobre a importância de uma prática pedagógica que atenda aos modos de uma educação inclusiva, tendo em vista a contribuição do (re) pensar a inclusão como uma possibilidade.

Quando copáramos as discussões teóricas com resultados alcançados do referido trabalho percebemos a importância de mantermos em permanente diálogo sobre as vivências com a educação inclusiva, pois os desafios e a construção desta relação com outro é necessário formação, diversidade cultural, AEE e uma prática pedagógica que possa incentivar a inclusão.

A superação do fazer pedagógico do Instituto Santa Terezinha se origina dos questionamentos das suas práticas existentes até que ponto pode se afirmar que esta prática mantém a presença dos alunos na escola até que ponto pode repensar esta ação.

Portanto, quando comparado com os resultados obtidos, desta pesquisa percebe-se que o estudo possibilitou um olhar de vontade e de entusiasmo para realizar uma educação inclusiva ao que pese seus desafios. E a tendência é que se desperte para as ações efetivas e permanentes em prol de uma escola justa e feliz cada vez mais e beneficie mais famílias e promova diversas ações em infraestrutura e desenvolvimento.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é baseada, em primeiro lugar, e, sobretudo, na ideia de que a escola deve ser um lugar de aprendizagem e de desenvolvimento que rejeita qualquer forma de discriminação ou segregação. A luta pelo reconhecimento das diferenças e pela inclusão daqueles que sofrem preconceito e que estão às margens da sociedade aponta para a educação de qualidade e para defesa da inclusão escolar.

No entanto, este estudo nos reporta aos inúmeros desafios para conquista dessa tão almejada inclusão. Em meio aos esforços dos envolvidos com a educação dos alunos com deficiência, os obstáculos são muitos e variados. Embora, existam revoluções em busca desse ideal, ainda são imperceptíveis os acontecimentos em massa que demonstrem sinais de entusiasmo pela inclusão.

“Incluir é respeitar as diferenças, o tempo de cada um. Muitas vezes apenas acolhemos, mas não incluímos de verdade. Deixamos de olhar para as verdadeiras necessidades do aluno, do ser humano que está em nossa frente.” (VALIM; TIOZZO, 2010). Neste sentido, a escola é mola propulsora da política educacional inclusiva, tendo em vista, a compreensão da prática pedagógica do docente e, sua formação é fator fundamental no olhar humanitário as necessidades do aluno deficiente.

Vale ressaltar que a parceria com os pais e familiares é atualmente vista como importante por que eles na maioria das vezes se dedicam mais a seus filhos do que professores ou outros profissionais, tanto em relação a tempo quanto emocionalmente. Os familiares podem ser grandes parceiros no processo de inclusão e ensino aprendizagem. “Além disso, os pais são capazes de proporcionar para seus filhos um ambiente estimulador (ROSSIT, 1997).”

Santos (1993) identificam como benefícios da intervenção com os familiares a melhoria na vida cotidiana da mãe, a facilitação do trabalho dos profissionais, a divisão de responsabilidade das mães com outros membros da família e as melhorias no comportamento do aluno.

A inclusão é uma proposta, um sonho. Se quisermos que a sociedade seja acessível e que dela todas as pessoas possam participar, em igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse sonho uma realidade a cada dia. As ações de cada indivíduo, das instituições e dos órgãos públicos, devem ser pensadas e executadas no sentido de divulgar os direitos, a legislação e programar ações que garantam o acesso de todas as pessoas a todos os seus direitos. Sabe-se que mudar o contexto de uma hora para outra é impossível.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 2010, p. 172).

A reflexão construída neste texto, com base de relatos das experiências no Instituto Santa Teresina, leva a se concluir que a ação da educação inclusiva, de um lado, se apresenta frente a fortes desafios e resistências, mas de outro, mostra um caminhar animador, com ótimas perspectivas e conquistas.

REFERÊNCIAS

BLANCO, R. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo.** In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** Porto Alegre: Artmed. 2004.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Lei nº 4.024, de 1961. Congresso Nacional, Brasília, 1961.

DELLANI, Marcos Paulo. MORAES, Deisy Nara Machado de. **Inclusão: caminhos, encontros e descobertas.** REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU. Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012 Semestral. Disponível em < www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf > acessado em 04 Set. 2018.

DENS, A. *La Educación Especial una visión sobre la integración y la inclusión desde un enfoque pedagógico.* Tema livre apresentado no II Encontro Mundial de Educación Especial, Havana, Cuba, 1998.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano. Uma experiência de inclusão – providências, viabilização e resultados. - *Educar, Curitiba*, n. 23, p. 29-43, 2004. Editora UFPR.

MICHELAT, Guy. **Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia.** In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.* São Paulo: Polis, 1985.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União** Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01. p.17.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: www.mec.gov.br/cne. Acesso em: 03 set. 2018.

ROSSIT, R. A. S. **Análise do desenvolvimento de bebês com Síndrome de Drawm em função da capacitação da mãe: uma proposta de intervenção.** São Carlos, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 1997.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** – Curitiba: InterSaberes, 2012. (Séries Inclusão Escolar). 1º edição.

SMITH, C. Dificuldades de A a Z: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROSS, P. R. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI.; FREIRE, I. M. (Org.). Um olhar sobre a diferença: interação e cidadania. 2. Ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 53-110. (Série Educação Especial).

VALIM, Rosangela. TIOZZO, Arnaldo Ap. **A Escola Inclusiva: não perderemos você, um relato de experiência.** Revista Pandora Brasil Nº 24 – novembro de 2010. “Inclusão em Educação: Caminhos, Políticas e Práticas”.